



# CONTRATO

**AUTO POSTO COMPARIN LTDA**

**CNPJ: 03.533.920/0001-63**

**CURITIBA | 18.outubro.2024**

**TributoJusto**

## INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **AUTO POSTO COMPARIN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 03.533.920/0001-63, sediada à RS 430 KM 13, nº S/N – CENTRO, SANTA CECILIA DO SUL/RS, CEP 99.952-000 e suas respectivas filiais ativas, denominadas simplesmente CONTRATANTES, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 51.979.018/0001-18; **TRIBUTO JUSTO - TJ SERVICES LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 53.657.944/0001-00; **WHP - CONSULTORIA TRIBUTARIA E EMPRESARIAL LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 30.317.269/0001-67 e **TRIBUTO JUSTO CERTIFICADORA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 55.905.652/0001-67, todas as empresas com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominadas simplesmente **CONTRATADAS**, têm, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** Com fundamento nas orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB), artigos 156, II e 170 do Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), as **CONTRATANTES** pactuam com as **CONTRATADAS**, a fim de que estas auxiliem na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados a título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

**1.2.** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

**Item 1** – Análise, levantamento de dados e obtenção de documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto à Receita Federal do Brasil (RFB), a título de Contribuição Previdenciária Patronal e Contribuição para Terceiros (Sistema S) – INSS Patronal, com o objetivo de minimizar carga tributária sobre as seguintes verbas indenizatórias, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

## I) Verbas A – Indenizatórias e não contributivas

- Atestados – 15 dias de afastamento
- Aviso prévio indenizado
- Salário educação
- Bônus de contratação (Hiring Bônus)
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados
- Quebra de caixa
- Ajuda de custo
- Prêmios

## II) Verbas B – Compliance da folha de pagamento

- Férias
- Férias vencidas
- Férias em dobro
- 1/3 de férias
- Reflexo de férias (vantagens e médias)
- Férias indenizadas em rescisão
- Férias gozadas

## III) Verbas C – Tema 163 STF

- Adicional noturno
- Adicional de insalubridade
- Horas extras

## IV) Verbas D – Recuperáveis com continuidade de contribuição

- DSR (descanso semanal remunerado)
- Adicional de periculosidade
- 13º salário pago na rescisão
- Comissão
- Gratificação

**Item 2** – Interposição de medidas administrativas e judiciais, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final.

**1.3.** Após o envio da documentação e acessos mencionados no *item 1*, as **CONTRATADAS** apresentarão às **CONTRATANTES** os valores e natureza das verbas passíveis de recuperação. Após a autorização das **CONTRATANTES**, as **CONTRATADAS** poderão efetuar as efetivas providências para dar seguimento aos pedidos de compensação.

**1.4.** As **CONTRATADAS**, se comprometem a manter as **CONTRATANTES** atualizadas a respeito das alterações legislativas, jurisprudenciais (administrativas e judiciais) e posicionamentos da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comunicando as **CONTRATANTES** em caso de qualquer modificação do grau de risco das verbas mencionadas no *item 1*.

**1.5.** As **CONTRATANTES** devem providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários **dos últimos 60 (sessenta) meses** para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas, garantindo às **CONTRATADAS** completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionem direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição das **CONTRATADAS**.

**1.6.** As **CONTRATADAS** se disponibilizam a explicar às **CONTRATANTES** a pertinência e relação dos documentos e acessos solicitados da empresa, sempre que questionadas.

**1.7.** As **CONTRATADAS** responsabilizam-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando as **CONTRATANTES** integralmente responsáveis por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

**2.1.** Em contraprestação aos serviços prestados, as **CONTRATANTES** pagarão às **CONTRATADAS** o valor equivalente a 30% (trinta por cento) incidentes sobre o total dos valores do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que serão auferidos pelas **CONTRATANTES** por meio das compensações de créditos tributários com débitos previdenciários vincendos e vencidos efetuados administrativamente.

**2.2.** O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 2.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pelas **CONTRATANTES**, por meio de documentos comprobatórios, tais como: relação de per/dcomps; declaração completa; resumo de débitos; resumo de créditos; recibo e relatório de compensação, que contempla as verbas indenizatórias, período de origem dos créditos utilizados, valor compensado original e atualizado com a Selic, bem como os números de transmissão dos per/dcomp's.

**2.3.** O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre os valores do crédito efetivamente recuperado pelas **CONTRATANTES**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC, mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

**2.4.** Os boletos de honorários terão vencimento no mesmo dia de vencimento da DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais do INSS Patronal, sendo este enviado às **CONTRATANTES** após a compensação de cada mês.

**2.5.** Em caso de compensação posterior ao vencimento da DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais, o boleto de honorários poderá ter o seu vencimento em até 48 horas, contadas da realização da compensação.

**Parágrafo único.** A primeira anuidade será paga pelas **CONTRATADAS** e cobrada das **CONTRATANTES** quando da cobrança dos honorários da primeira compensação, sendo que as demais anuidades serão pagas pelas **CONTRATANTES**.

**2.7.** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**2.8.** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, as **CONTRATADAS** poderão suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial até a regularização por parte das **CONTRATANTES**, eximindo-as inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato.

**2.9.** Na hipótese de as **CONTRATANTES** requisitarem a apresentação detalhada da origem do crédito às **CONTRATADAS** antes de findar a prestação de serviço pactuada neste instrumento particular, fixa-se então que serão antecipados os honorários atinentes ao valor residual que será utilizado em futura compensação.

**Parágrafo único.** Poderá ser apresentado cálculo discriminado após a utilização mensal efetiva do crédito.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

**3.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, as **CONTRATANTES** estabelecem com as **CONTRATADAS** como prazo de entrega dos serviços o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

**3.2.** As **CONTRATADAS** se responsabilizam pelo acompanhamento dos procedimentos realizados em decorrência do objeto do contrato pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contados do último procedimento de recuperação realizado.

**Parágrafo único.** Os acessos necessários para o bom e fiel cumprimento do contrato, devem possuir validade de 05 (cinco) anos, contados do último procedimento realizado, especialmente o cadastro vigente da procuração eletrônica no e-cac, sendo que, através



deste, as **CONTRATADAS** poderão acompanhar e monitorar os procedimentos por elas realizados.

## CLÁUSULA QUARTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

**4.1.** As **CONTRATADAS**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, comprometem-se a prestar seus serviços profissionais às **CONTRATANTES** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis.

**4.2.** As **CONTRATADAS** se responsabilizam pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto à RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS Patronal a título de Contribuição Previdenciária.

**4.3.** As **CONTRATADAS** se dispõem a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos, bem como atuar em fiscalizações, autos de infração, execuções fiscais e demandas judiciais relacionados ao objeto deste instrumento, pelo prazo estabelecido na cláusula 3.1.

**4.4.** As **CONTRATADAS** se responsabilizam por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados.

## CLÁUSULA QUINTA – DA COMUNICAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL

**5.1.** As **CONTRATANTES** se obrigam a enviar às **CONTRATADAS** eventuais pedidos de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) ou poder judiciário para que então as **CONTRATADAS** realizem a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

**5.2.** Em caso de recebimento de notificações/intimações da Receita Federal, a comunicação entre as **PARTES** ocorrerá preponderantemente por e-mail, indicando-se, desde já, o seguinte endereço eletrônico das **CONTRATADAS**: [sabrina.silva@tributojusto.com.br](mailto:sabrina.silva@tributojusto.com.br).

**5.3.** As **CONTRATANTES** se obrigam a encaminhar às **CONTRATADAS**, em até **48** (quarenta e oito) horas da ciência/leitura do ato, através do e-mail citado na cláusula 5.2., eventuais pedidos de esclarecimento, notificação e intimações provenientes da Receita Federal do Brasil (RFB), para que as **CONTRATADAS** possam realizar a análise técnica e os procedimentos necessários, no prazo estabelecido em lei.

**5.4.** As **CONTRATANTES** indicarão seus respectivos endereços eletrônicos para comunicação no momento da coleta de informações pós assinatura do contrato.

**5.5.** As comunicações por e-mail serão consideradas recebidas no dia útil seguinte ao envio, a menos que a parte remetente receba uma notificação de falha na entrega.

**5.6.** As PARTES devem notificar-se mutuamente, por escrito, sobre qualquer alteração nos endereços de e-mail designados para comunicação.

**5.7.** Qualquer comunicação extraordinária deve ser enviada por e-mail e confirmada por escrito, pela via postal (CORREIOS AR-MP).

**5.8.** As PARTES devem manter a confidencialidade de todas as comunicações recebidas por e-mail, independentemente da marcada destacada de confidenciais.

**5.9.** As PARTES declaram expressamente responsabilizar-se, individualmente, pelo endereço e e-mail indicado por cada qual, inclusive quanto a titularidade condicionada de terceiro funcionário e/ou representante de qualquer natureza, acessibilidade, confidencialidade e proteção de dados.

**5.10.** Caso ocorra o descrito nos *itens* 5.1 e 5.2 desta cláusula, caberá às **CONTRATADAS** assumirem todas as respostas, defesas e recursos cabíveis, em fiscalização, auto de infração, execução fiscal e demanda judicial relacionado aos procedimentos por ela realizados.

**5.11.** No tocante às notificações, intimações e pedidos de esclarecimentos, caso não sejam cumpridos os *itens* 5.2 e 5.3, as **CONTRATADAS** não se responsabilizarão por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas das **CONTRATANTES** com o órgão requerente (Receita Federal), bem como não se responsabilizarão pelos ônus causados.

**5.12.** As **CONTRATADAS** se comprometem a manter as **CONTRATANTES** informadas sobre todas as respostas, defesas, recursos e ações propostas, comunicando-a da linha de defesa adotada e dos andamentos relevantes dos processos administrativos e judiciais.

**5.13.** As tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor/Órgãos do Poder Judiciário.

## CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

**6.1.** A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é das **CONTRATANTES**, uma vez que a partir delas que as **CONTRATADAS** desempenharão seus serviços.

**6.2.** Se os créditos forem aproveitados fora dos padrões e orientações das **CONTRATADAS** ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, as **CONTRATANTES** se responsabilizarão integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

**6.3.** Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos, as **CONTRATANTES** estão obrigadas a realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato **EXCLUSIVAMENTE** com as **CONTRATADAS** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, ao reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

**6.4.** Restando descumprido o *item* 6.3 desta cláusula pelas **CONTRATANTES**, as mesmas deverão arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados por ventura não compensados, estando sujeitas à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

**6.5.** As **CONTRATANTES** se responsabilizam a informar, através do formulário e anteriormente ao fechamento do presente contrato, qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto a ser recuperado pelas **CONTRATADAS**, bem como declaram que até a presente data não têm ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, as **CONTRATANTES** se comprometem a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato.

**6.6.** Durante o período de compensação dos créditos tributários, as **CONTRATANTES** se comprometem a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente às **CONTRATADAS**, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

**6.7.** As **CONTRATANTES**, no momento da assinatura do contrato, declaram ciência acerca das verbas de níveis A, B, C, D e E previstas na cláusula 2, as quais possuem entendimento em tribunais e/ou conselhos fiscais/administrativos, de modo que, caso haja questionamentos, processos ou glosa por parte da Receita Federal, as **CONTRATANTES** contarão com a assessoria jurídica, contábil, administrativa e judicial, asseguradas nesse instrumento. As **CONTRATADAS** não poderão ser responsabilizadas pelas decisões superiores, assumindo apenas a prestação de serviços no que toca a



defesa administrativa ou judicial das **CONTRATANTES**, quando decorrentes do objeto do presente contrato.

**6.8.** Após a análise dos PER/DCOMPs mensais pela receita federal, as **CONTRATADAS** se responsabilizam pela realização do procedimento de compensação administrativa perante a receita federal, bem como que, em casos de questionamento do órgão competente sobre o procedimento realizado, as **CONTRATADAS** procederão com todos os esclarecimentos cabíveis, sejam administrativos ou judiciais, até decisão final.

**Parágrafo único.** Em caso de decisão final administrativa desfavorável às **CONTRATANTES**, a responsabilidade das **CONTRATADAS** se limita ao valor total dos honorários recebidos atinentes ao objeto do contrato e ao per/dcomp específico questionado, salvo se descumprida a cláusula 3.2 e cláusula quinta.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE**

**7.1.** As **PARTES** se comprometem a manter, sob absoluto sigilo e confidencialidade todos os estudos, relatórios, descrições técnicas, produtos, softwares, técnicas, estratégias, métodos de operação, pormenores, inovações, segredos comerciais, processos, arquivos eletrônicos, listagens de programa de computador, mensagens eletrônicas (e-mails), correspondências, dados econômico-financeiros, propostas comerciais, documentos administrativos, planilha de custos, contingências, planos estratégicos, demonstrações financeiras, dados sobre formação de preços, códigos fonte, dentre outros aqui não mencionados e quaisquer outros elementos, doravante denominadas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, referentes às atividades das n, de empresas a ela ligadas e de seus clientes, as quais tiveram ou vierem a ter acesso em decorrência do presente contrato, sendo expressamente vedado às **PARTES** direta ou indiretamente, divulgar, ceder ou transferir, a qualquer título e por qualquer forma, as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, sob pena de responsabilidade por perdas e danos;

**7.2.** Obrigam-se as **PARTES** a notificar prontamente as demais **PARTES** por escrito, anteriormente a qualquer divulgação em virtude de lei ou ordem judicial, ou ainda, na hipótese de ter havido uma divulgação não autorizada das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**;

**7.3.** Este contrato vigorará com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), sobre a qual as partes declaram ciência dos direitos, obrigações e penalidades estabelecidos. As **CONTRATADAS**, ainda, se obrigam a adotar todas as medidas adequadas para garantir a proteção dos dados e documentos das **CONTRATANTES**, em respeito à referida Lei;

**7.4.** As partes se comprometem a cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018 - LGPD) em todas as suas atividades relacionadas ao presente contrato.

**7.5.** As **CONTRATADAS** usarão os dados pessoais apenas para os fins estabelecidos no termo.

**7.6.** As **CONTRATADAS** devem adotar medidas para proteger os dados contra acessos não autorizados e incidentes.

**7.7.** Em caso de violação de dados, as **CONTRATADAS** deverão notificar as **CONTRATANTES** imediatamente.

**7.8.** Após o término do termo, as **CONTRATADAS** devem eliminar os dados, salvo obrigação legal para mantê-los.

**7.9.** A obrigação assumida pelas **PARTES**, nesta cláusula, prevalecerá por 05 (cinco) anos, ainda que não esteja mais vigente o presente instrumento, independentemente do motivo, comprometendo-se ambas as **PARTES**, quando assim solicitada pela outra, a imediatamente devolver quaisquer cópias, em qualquer meio, das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que estejam em seu poder.

## **CLÁUSULA OITAVA– DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

**8.1.** As PARTES se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**8.2.** As **CONTRATADAS** se obrigam ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiverem acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

**8.3.** Encerrada a vigência do contrato, as **CONTRATADAS** interromperão o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelas **CONTRATANTES** e, em no máximo trinta dias, eliminarão os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando tenham que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal.

## CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

**9.1.** O presente contrato somente pode ser alterado por mútuo consentimento das partes e por escrito.

## CLÁUSULA DÉCIMA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

**10.1.** Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência no pagamento dos honorários nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via **CORREIO – “AR – MI”**, bem como, não serão restituídos os valores porventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**10.2.** Na ocorrência da rescisão contratual prevista no item anterior, as **CONTRATADAS** deverão responder pelo acompanhamento das ações mencionadas até seu esgotamento administrativo e judicial, haja vista sua responsabilidade pelo trabalho desempenhado. De mesmo modo, ficam mantidas as obrigações de comunicação das **CONTRATANTES** a respeito das defesas, estratégias e movimentações relevantes, bem como o cumprimento da cláusula 3.2. As **CONTRATANTES** poderão, por sua liberdade, optar por serem representadas administrativa e judicialmente por outro escritório, caso em que revogará os poderes das **CONTRATADAS**.

**10.3.** Se descumpridas qualquer uma das cláusulas do presente contrato, a parte prejudicada poderá requerer a rescisão, sem prejuízo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REFLEXOS FUTUROS

**11.1** Após a finalização do trabalho, as **CONTRATADAS** acompanharão anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura das **CONTRATANTES**, sendo que, oportunamente, apresentará as novas oportunidades de recuperação atinentes ao presente, sendo que, se aceitas pelas **CONTRATANTES**, serão devidos os honorários enquanto perdurar os procedimentos de compensação com os créditos residuais apurados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SEGURO GARANTIA

**12.1.** Para garantia o fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações ora ajustadas, deverá este contrato estar resguardado pela apólice de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, abaixo discriminada e ora anexada.



## APÓLICE RC PROFISSIONAL

Filial Emissora FLORIANÓPOLIS	Apolice 1007800387982	Endosso 0000000	Proposta 23185494	Dt. Emissão 01/02/2024
Grupo RESPONSABILIDADES	Ramo 78 - R. C. PROFISSIONAL	Processo Susep 15414.611232/2021-36	Moeda REAL	Cosseguro NÃO

**Seguradora:** BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414  
**Endereço:** AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, 1455 15 AND  
**CNPJ:** 07.021.544/0001-89  
**SAC:** 0800-777-3123

Para falar com a Ouvidoria Berkley ligue para: **0800-797-3444**  
 ou envie um e\_mail para: **ouvidoria@berkley.com.br**



✓ válido  
 ✓ não expirado  
 ✓ não revogado



**BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414**

**12.2.** A Garantia prevista no item “12.1” terá validade até a finalização da prestação dos serviços das **CONTRATADAS**, ou enquanto perdurar a vigência deste instrumento particular.

**12.3.** Caso ocorra vencimento da garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, as **CONTRATADAS** providenciarão a respectiva renovação.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**13.1.** As PARTES declaram que tiveram a oportunidade de examinar previamente o conteúdo deste CONTRATO, e afirmam estar bem esclarecidas quanto ao seu objeto.

**13.2.** Declaram expressamente as PARTES que todas as suas atividades relacionadas a este CONTRATO serão pautadas pelo princípio da boa-fé objetiva, conforme estabelecido no Código Civil Brasileiro, artigo 422.

**13.3.** Este CONTRATO constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil, podendo ser utilizado para promover a execução de obrigações, sobretudo em caso de inadimplemento do pagamento e rescisão unilateral do contrato.

**13.4.** Em caso de controvérsias decorrentes deste CONTRATO, as PARTES comprometem-se a buscar, prioritariamente, a resolução amigável, através de negociações de boa-fé.

**13.5.** Alterações ou modificações a este CONTRATO somente terão validade se realizadas por escrito, mediante termo aditivo, a ser assinado por ambas as PARTES.

**13.6.** Este CONTRATO constitui a expressão completa e integral do acordo entre as PARTES, substituindo todos os entendimentos anteriores, verbais ou escritos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

**14.1.** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.



Curitiba, 18 de outubro de 2024.

## CONTRATANTES

---

**AUTO POSTO COMPARIN LTDA** - CNPJ sob o nº 03.533.920/0001-63

## CONTRATADAS



---

**TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA LTDA** -  
CNPJ nº 51.979.018/0001-18

**TJ SERVICES LTDA** - CNPJ nº 53.657.944/0001-00

**WHP - CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL LTDA** - CNPJ nº 30.317.269/0001-67

**TRIBUTO JUSTO CERTIFICADORA LTDA** - CNPJ nº 55.905.652/0001-67